



JUSTIÇA CLIMÁTICA COM VOZ DE MULHER

A crise climática vista por quem
sustenta o mundo enquanto ele aquece

Por Maiana Maia e Valentina Figuera Martínez

Maio de 2026

As chuvas que atingiram Pernambuco no início de maio, deixando mortos, pessoas desabrigadas e comunidades em situação de emergência, tornam visível uma realidade que, para muitas mulheres, está longe de ser excepcional. Nos territórios marcados por precariedade habitacional, insegurança e ausência de políticas públicas, eventos climáticos extremos não apenas agravam vulnerabilidades existentes — eles reorganizam o cotidiano, ampliam o trabalho de cuidado e expõem, de forma aguda, as desigualdades que estruturam a crise climática. Quando a chuva não pára, são as mulheres que sustentam o imprevisto: acolhem vizinhos, protegem documentos, cuidam das crianças, tentam salvar o pouco que cabe nas mãos.

Em meio ao agravamento da crise climática, intensifica-se também a disputa por seu significado. De um lado, multiplicam-se promessas de transição “verde”, financiamento climático e soluções de mercado. De outro, mulheres de territórios urbanos, rurais, pesqueiros, quilombolas, indígenas e periféricos seguem nomeando com precisão o que está em jogo: a crise climática não é apenas ambiental, mas uma crise de desigualdade e de poder que define os rumos da sustentação ou da expropriação da vida.

Quando mulheres que vivem em territórios diretamente afetados pelas mudanças climáticas falam sobre o problema, o debate se desloca. A crise deixa de ser uma abstração global e passa a ser narrada a partir da experiência concreta: a água que falta, o alimento que encarece, a renda que diminui, o medo da enchente ou da seca prolongada, a sobrecarga do cuidado, a ameaça de expulsão, a perda da casa ou do território, o adoecimento mental e a intensificação da violência contra meninas e mulheres em contextos de desastre. Trata-se, portanto, de uma crise vivida no corpo-território, encarnada no cotidiano e atravessada por gênero, raça, classe, entre outras intersecções.

Suas vozes expõem uma contradição central da agenda climática: embora desproporcionalmente afetadas, as mulheres seguem tratadas sobretudo como grupo vulnerável — e não como protagonistas na construção de soluções. A crise aprofunda desigualdades já estruturais, desestabiliza conhecimentos tradicionais, destrói práticas culturais e espirituais e concentra ainda mais sobre elas a responsabilidade de sustentar a vida em contextos onde a vida é ameaçada, ao mesmo tempo em que permanecem amplamente excluídas dos espaços de decisão.

As **mulheres são protagonistas** nas soluções territoriais com perspectiva de gênero e de direitos, mas não têm acesso à tomada de decisões em políticas climáticas que afetam diretamente os seus corpos-territórios. Oferecem alternativas concretas e viáveis, baseadas na agroecologia, na preservação de sementes e em iniciativas energéticas comunitárias, porém, apenas **0,1% do financiamento climático global** apoia projetos voltados para abordar a interseção entre clima e os direitos das mulheres.

Basta olhar para as imagens oficiais das conferências do clima. Na abertura da COP29, em Baku, apenas oito das 78 lideranças eram mulheres (10%). Em Belém, na COP30, houve avanço — 24 entre 95 (25%). Ainda assim, a desproporção é evidente. As imagens confirmam o que os dados mostram: **mulheres seguem minoria nas chefias de delegação e nos espaços decisórios das negociações climáticas globais.**

Mais do que um problema de representatividade, trata-se de uma pista sobre quem formula, e com quais pressupostos, a própria crise e as respostas a ela. Não surpreende, assim, que as soluções predominantes sejam tecnocráticas, orientadas pelo mercado e cuidadosamente desenhadas para não alterar as estruturas que produziram a crise.



Líderes mundiais posam durante a COP 29 e COP 30, realizadas em Baku (Azerbaijão) e Belém (Brasil) — Foto: Wikimedia Commons

Mercados de carbono, iniciativas de remoção de dióxido de carbono, grandes projetos de transição energética e outras propostas de financeirização da natureza: promete-se enfrentar a emergência climática sem questionar a lógica econômica que a produziu, tratando-a como um problema técnico a ser gerido, e não como uma crise civilizatória que exige transformações profundas nos modelos de produção e consumo (e sobre quem tem poder para redefinir tais modelos ou não).

Nesse arranjo, a própria crise passa a ser incorporada como oportunidade de negócio. Elementos fundamentais da vida, como o ar, as florestas e os ciclos ecológicos naturais, são convertidos em ativos financeiros ou “serviços ambientais”, enquanto mecanismos sofisticados de “lavagem verde” permitem a continuidade das emissões sob o verniz da compensação.

Ao invés de de enfrentar as causas estruturais da crise, confrontando os fatores econômicos, tecnológicos e sociais que destroem a biodiversidade, como aponta o **relatório de avaliação de Mudança Transformadora do IPBES**, multiplica-se um repertório de falsas soluções climáticas que reorganizam seus impactos sem interromper sua lógica. Compensações de carbono e de biodiversidade, soluções baseadas na natureza, bioenergia com captura e armazenamento de carbono (BECCS), projetos de geoengenharia e de produção de energia “verde” são apenas algumas das propostas enganosas que recebem a maior atenção, promoção e financiamento nas negociações climáticas e de biodiversidade.

No plano geopolítico, a contradição se repete. Discursos sobre neutralidade de carbono convivem com disputas por petróleo, gás e os chamados “minerais estratégicos”. A dependência de combustíveis fósseis não é superada, mas reorganizada, frequentemente abrindo novas fronteiras de exploração e conflito. E, no meio desse contexto, **grandes ONGs e empresas intermediárias lucram com projetos de financeirização da natureza** que instrumentalizam a natureza e os povos e comunidades tradicionais, **enquanto investidores acumulam mais capital** a partir de esquemas de mercado implementados em terras públicas.

Não por acaso, as mulheres têm denunciado com evidências que a crise climática é inseparável das formas históricas de dominação que estruturam a economia global. Trata-se de um modelo que articula extrativismo, colonialismo, patriarcado e racismo, produzindo uma relação com a natureza baseada no controle, na apropriação e na externalização dos custos sociais e ambientais.

Na contramão dessa racionalidade, as resistências e práticas protagonizadas por mulheres apontam para uma lógica orientada pela interconexão, pelo cuidado, pelos conhecimentos tradicionais e comunitários, pela reprodução da vida e pelo reconhecimento dos limites ecológicos. Em vez da maximização do lucro, o que está em jogo é a sustentação da vida em sua diversidade, por meio de práticas cotidianas que articulam produção, alimentação, saúde, espiritualidade, cultura e território. Em contraste com a névoa discursiva que frequentemente dilui e despolitiza o debate climático, essas experiências partem de uma leitura concreta da crise, atenta às desigualdades que a atravessam.

Trata-se de uma política e de uma economia quase sempre invisibilizadas, realizadas no chão da vida das mulheres, expressa em práticas de usos não-predatórios da terra, manejo dos bens comuns da natureza, na defesa dos territórios e na transmissão intergeracional de saberes. Pouco compatível com a escala e a lógica do lucro, é, no entanto, decisiva para a manutenção da vida (e da floresta) em pé.

Isso não significa atribuir às mulheres uma relação “natural” com o cuidado ou com a natureza. Trata-se, antes, de reconhecer que são elas que, historicamente e de forma desigual, têm sido responsabilizadas pela sustentação da vida. E que, a partir dessa posição, elaboram leituras e práticas que iluminam aspectos centrais da crise climática.

Na Amazônia, essa racionalidade aparece com nitidez. Enquanto avançam monocultivos que desmatam, restringem o acesso à terra e produzem adoecimento, mulheres organizam a produção agroecológica, cultivam alimentos e plantas medicinais e sustentam o cotidiano por meio de quintais produtivos, da agroecologia e do agroextrativismo. Não se trata apenas de práticas alternativas, mas de formas concretas de regulação do território, que preservam a biodiversidade, garantem segurança alimentar e mantêm circuitos locais de autonomia em meio à pressão crescente do agronegócio.

Em outros contextos, a mesma lógica se reconfigura. Nas periferias urbanas e nos territórios costeiros do Recife, onde a crise climática se manifesta em enchentes, alagamentos, deslizamentos, poluição das águas, redução do pescado e destruição de manguezais, são também as mulheres que sustentam as respostas possíveis. Elas organizam redes de solidariedade, constroem soluções comunitárias para garantir abrigo, água e alimento, e assumem a gestão cotidiana do cuidado em cenários de instabilidade permanente. Trata-se, mais uma vez, de práticas pouco visíveis e frequentemente desconsideradas pelas políticas públicas, mas fundamentais para sustentar a vida.



Mulheres quilombolas, indígenas, agricultoras, agroextrativistas, pescadoras e marisqueiras debatem a crise climática a partir de seus territórios e experiências, em oficinas realizadas em Abaetetuba (PA) e Recife (PE) - Foto: acervo FASE

Lidas em conjunto, essas experiências revelam algo mais profundo: não se trata apenas de adaptação e mitigação à crise, mas da existência de outras formas de organizar a vida e o território. Formas que não cabem na lógica padronizada do planejamento técnico nem na escala das soluções de mercado, mas que recolocam no centro a pergunta essencial: como sustentar a vida em comum em condições cada vez mais adversas?

Na COP30, a aprovação do Plano de Ação de Gênero de Belém foi celebrada como avanço. De fato, amplia o reconhecimento de temas historicamente invisibilizados, como o trabalho de cuidado e a violência em contextos de crise climática. Ainda assim, as negociações evidenciaram que o tema segue em disputa e que, sem financiamento e enfrentamento das estruturas de poder, esse reconhecimento tende a permanecer mais declaratório do que transformador.

No fundo, não se trata apenas de incluir mulheres em espaços já dados, mas de questionar os próprios termos em que esses espaços operam. É nesse ponto que as vozes das mulheres de territórios atravessados pela crise climática se tornam incontornáveis.

Quando escutadas como formulação, e não apenas como testemunho, elas não reivindicam apenas participação, mas apontam para outras formas de organizar a vida, o trabalho e a relação com a terra. Colocá-las no centro da agenda climática, portanto, não é um gesto de inclusão simbólica, mas uma exigência política, ética e civilizatória. E, para isso, é fundamental desenvolver políticas climáticas eficientes a partir da produção e análise de dados que revelem como os impactos da crise climática afetam de maneira distinta mulheres e diferentes grupos sociais historicamente marginalizados, permitindo a construção de estratégias mais inclusivas, eficazes e justas.

Porque, quando falam de clima, elas não se referem apenas a emissões ou metas, mas às condições concretas de reprodução da vida. A pergunta deixa de ser quanto vale a natureza no mercado e passa a ser o que é necessário para garantir água, alimento, moradia, permanência, justiça e dignidade.

Suas experiências revelam gênero como eixo de transformação. Nos espaços coletivos que constroem, ampliam horizontes, articulam respostas concretas, tensionam papéis impostos e fortalecem sua autonomia, evidenciando os limites de uma agenda que se restringe à presença feminina em estruturas já capturadas por interesses dominantes. Integrar uma perspectiva feminista não é apenas fundamental, mas obrigatória para transformar as bases que historicamente subordinam os saberes, corpos e territórios das mulheres em toda sua diversidade e a comunidade LGBTQ+.

Mais do que vítimas ou beneficiárias de políticas públicas, essas mulheres em toda sua potência de resistência apresentam, na prática, alternativas civilizatórias. Seus modos de produzir, cuidar e habitar o território oferecem caminhos que escapam à lógica da financeirização da natureza e da exploração ilimitada dos bens comuns da natureza. Incorporar gênero à agenda climática não pode se reduzir à elaboração de planos ou metas: exige reconhecer que muitas das respostas à crise já existem e que, justamente por confrontarem o modelo dominante, seguem sendo marginalizadas.

O desafio, portanto, não é apenas avaliar as soluções apresentadas para a crise, mas decidir se estamos disponíveis a escutar — e a dar consequência política — às vozes que, há muito, sustentam a vida enquanto o planeta aquece.

Este texto foi elaborado a partir das vivências, debates e reflexões coletivamente construídas ao longo de oficinas com mulheres realizadas pela FASE, em parceria com a Coalizão Global de Florestas, sob coordenação de Jaqueline Santos, Sara Pereira, Luiza Marillac, Rosimere Peixoto, Clara Nascimento e Letícia Tura. As reflexões aqui reunidas dialogam, em especial, com a oficina “Feminismo e Agroecologia – Por comida, território, justiça climática e o fim da violência contra as mulheres”, realizado em agosto de 2025, em Abaetetuba, Pará, com a participação de mulheres quilombolas, indígenas, agricultoras e agroextrativistas de diferentes municípios da região, com o “Encontro com Pescadoras: Direitos das Mulheres e Justiça Climática”, realizado em setembro de 2025, em Recife, Pernambuco, reunindo pescadoras, marisqueiras e lideranças de comunidades tradicionais urbanas e com a roda de conversa realizada enquanto uma atividade enlaçada da Cúpula dos Povos, durante a COP30, “A vida das mulheres no enfrentamento à crise climática – impactos e resistências”, em novembro de 2025.

Maiana Maia é assessora do Núcleo de Políticas e Alternativas da FASE e Valentina Figuera Martínez é coordenadora da campanha por justiça de gênero e florestas da Coalizão Global para Florestas.